

Entrevista com José Murilo de Carvalho

21 de outubro de 2010. José Murilo de Carvalho, historiador e cientista político. Professor de história da UFRJ até 2009, trabalhou 20 anos no IUPERJ, como professor de Ciência Política. Entrevistadores: Angela Randalpho Paiva, Ricardo Ismael e Anelise Gondar.

Angela Paiva: Queríamos saber sobre a sua trajetória acadêmica, primeiro, com a sua experiência mineira, com sua formação em Minas Gerais até sua chegada ao Rio. Você pode falar sobre a sua trajetória como historiador e como cientista político?

José Murilo de Carvalho: Fiz o curso superior na Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade de Minas Gerais, situada à rua Curitiba, 832, em Belo Horizonte. Era uma faculdade excepcional para os padrões brasileiros. Nunca encontrei no Brasil outra escola com organização tão boa. Tudo funcionava perfeitamente. Era dirigida por um déspota esclarecido, o Ivon Leite de Magalhães Pinto. Era déspota pela ênfase na disciplina, era esclarecido pela valorização dos jovens e por algumas inovações de grande impacto. Uma delas foi instituir a criação de bolsas para alunos de graduação com recursos que arrecadava de empresas. Sem o saber, imitou o exemplo pioneiro da Escola de Minas de Ouro Preto, criada por Henri Gorceix em 1876. Gorceix insistiu na concessão de bolsas argumentando que, sendo pobre, estudara na França em escola pública e queria dar a mesma oportunidade a outros alunos pobres. Combinada com tempo integral, a iniciativa teve efeito extraordinário em formar rapidamente alunos competentes e dedicados.

A. Paiva: A primeira foi lá na Escola de Ouro Preto?

J. Murilo: Foi algo pioneiro no Brasil nas escolas civis. Só as escolas militares sustentavam os alunos. Na Faculdade, havia todo ano concurso para bolsa em todos os cursos, Economia, Administração Pública, Administração de Empresas, Sociologia Política. Um andar inteiro do prédio era destinado a salas de bolsistas. Ficávamos praticamente trancados lá dentro, com vigia na porta e livro de ponto.

A. Paiva: Era controlado o horário de estudo?

J. Murilo: Controle quase militar. Além de estudar em tempo integral, os bolsistas eram obrigados a dar assistência aos colegas e a produzir todo ano uma memória. Minha primeira memória foi um estudo sobre as disputas políticas familiares em Barbacena. Foi publicado por Orlando de Carvalho na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, que costumava trazer muitos artigos sobre poder local. A primeira publicação a gente não esquece. A segunda memória foi sobre os militares e me valeu uma bolsa para os Estados Unidos. Pelo sistema de bolsa passaram muitos alunos que depois se distinguiram na Universidade e na vida

pública. Vários dos egressos do curso de Sociologia Política foram fazer pós-graduação no exterior. Há lá na Faculdade uma dissertação de Mestrado que mostra o destino dos ex-bolsistas. Foi um investimento muito produtivo. Por seu autoritarismo, Ivon foi expulso da Escola numa greve de alunos de que participaram o Betinho e o Vinicius Caldeira Brant, este depois presidente da UNE. Mas não se deve esquecer seu lado esclarecido.

Os bolsistas eram selecionados em todos os cursos. Em geral se davam bem, mas na escola como um todo havia certa tensão entre os cursos. A única coisa do curso de Sociologia e Política que interessava aos futuros economistas eram as futuras sociólogas. Muitas delas de fato se casaram com os futuros economistas. Não se podia criticá-las. Eles davam maridos com salários melhores. Muitos já saíam empregados da Faculdade. Um futuro sociólogo era mau partido. Vem daí talvez certa má vontade em relação aos economistas.

A. Paiva: Os economistas tinham mais futuro?

J. Murilo: Pois é. Se tivesse feito Direito, e para isso tinha condições, renderia uma mulher bonita, mas a área não me atraía. Quanto à Sociologia, já se brigava pela regulamentação da profissão, mas a tentativa não foi adiante e, de qualquer modo, eu era contra. Eu não tinha perspectiva profissional. Para dar um exemplo, não me passava pela cabeça que um dia pudesse comprar um carro. A família mal se sustentava com o trabalho de dentista de meu pai.

J. Murilo: O fenômeno era mais geral e transparecia nos bailes do Diretório Central dos Estudantes. Na dança, a distância entre moças e rapazes era definida a partir da resposta que se dava a uma pergunta inevitável que elas faziam logo que de início: “que curso você está fazendo?” Se a resposta fosse Sociologia Política, ou outro curso de pequeno prestígio, a distância entre os pares aumentava e daí a pouco elas se escusavam e voltavam às cadeiras à espera de melhor sorte. Quem quisesse se dar bem tinha que responder Engenharia, Medicina, Direito, ou Economia. Aí elas grudavam.

A. Paiva: Que mais o marcou na Faculdade de Ciências Econômicas?

J. Murilo: Tive a sorte de ser aluno de Francisco Iglésias, na época o mais respeitado historiador de Minas. Ele se formara na primeira turma de História da UMG. Era pontualíssimo, dava aulas de terno e gravata, falava com abundância. Mas fascinava os alunos pela erudição e pela abertura intelectual. Ensinava e escrevia História, mas era fascinado pela Literatura e pelo Cinema, de onde tirava muitas ilustrações para suas aulas. Fernando Pessoa era citado tanto quanto Varnhagen. Essa liberdade de transitar entre campos distintos do conhecimento, sem ciúmes disciplinares, me marcou muito.

Outro professor importante, embora polêmico, foi Júlio Barbosa, que depois foi chefe do Departamento de Sociologia do ISEB. Júlio Barbosa tinha uma inteligência fulgurante. Foi o criador e editor da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, publicação quadrimestral da Faculdade, a melhor do Brasil na época em seu gênero. O primeiro número é de 1961. O golpe de 1964 interrompeu a publicação, embora tenha saído um número temporão em

1966, antes da cassação do editor. O número a sair em 1964 seria dedicado à Revolução Brasileira, certamente não a que aconteceu. Um dos estereótipos sobre Minas é que é localista e paroquial. Mas a revista de Júlio Barbosa, do mesmo modo que a de Orlando de Carvalho, não eram nada paroquiais, eram das mais nacionais, e mesmo internacionais, que tínhamos. Publicavam artigos de autores de outros estados e de outros países. Oropa, França e Bahia. Júlio publicava Iglesias, sem trocadilho, mas também Evaristo de Moraes Filho, Álvaro Vieira Pinto, Florestan Fernandes, François Perroux, Aníbal Pinto. Recrutava autores da UNESCO, CEPAL, ISEB. Foi a mais internacional das revistas de Ciências Sociais jamais feitas no Brasil. O lado nacional já apareceu no primeiro número que anunciava o II Congresso Brasileiro de Sociologia, a se realizar em Belo Horizonte, secretariado pelo próprio Júlio Barbosa. Graças a esse professor, fomos introduzidos às obras dos autores do ISEB, sobretudo de Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Álvaro Vieira Pinto.

A. Paiva: Vocês já faziam seminários nessa época, seminários internacionais, ou era mais troca de artigos?

J. Murilo: Seminários internacionais só depois que entrou dinheiro da Ford, antes não havia recursos. Mas nacionais havia, como o já mencionado. Foi nele que pela primeira vez tivemos contato pessoal com professores e alunos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A. Paiva: O Florestan?

J. Murilo: Não me lembro se Florestan participou do Congresso. Lembro-me que os alunos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo nos consideraram uns dinossauros por lermos os clássicos, Marx, Weber, Durkheim, diretamente ou via Georges Gurvitch. Para eles, isso era abstração filosófica, queriam empiria.

Ricardo Ismael: Isso foi no início dos anos 60?

J. Murilo: É. Entrei na Faculdade em 62 e saí no final de 65. O golpe me pegou lá.

R. Ismael: É isso que eu queria saber. Quais foram as suas impressões ou a sua reação diante do golpe de 64 dentro dessas circunstâncias?

J. Murilo: A Faculdade era, e nisso também se salientava, um pólo nacional de atividade política estudantil. Por ela passaram Vinícius Caldeira Brant, Betinho e vários outros que tiveram atuação nacional. Caravanas do Centro Popular de Cultura da UNE passavam por lá. Dessa época, guardo uma preciosidade, um disco de 78 RPM com canções politicamente engajadas. Hoje não tenho nem como ouvi-lo.

A. Paiva: Era aquela música “Subdesenvolvido, subdesenvolvido”.

J. Murilo: Isso, o disco começava com a “Canção do subdesenvolvido” de Carlos Lyra e C. de Assis. Tudo muito militante, mas bem humorado e de boa qualidade artística. A

política na Faculdade dividia-se em três grupos: a Ação Popular, AP, esquerda católica, o Partidão e a direita. Esta última se dividia em um grupo não religioso, o mais truculento, e a TFP, Tradição Família e Propriedade, cujos militantes eram fanáticos, mas não violentos. Nós os chamávamos de donzés. Na extrema esquerda, havia ainda a POLOP, Política Operária, leninista. Era tão pequena que constava que fazia convenção num fusca. Era o PSTU da época.

A. Paiva: O Vinícius foi da POLOP, não é?

J. Murilo: Não, era da AP. A disputa era muito intensa, mas tinha uma característica interessante e rara: combinávamos teoria e prática, ou práxis, como era moda dizer. O Partidão tinha, naturalmente, suas ideias e táticas tradicionais. Na AP, o texto principal era o Documento-base, escrito pelo Padre Vaz, um filósofo jesuíta, grande especialista em Hegel. O documento embasava teoricamente nosso trabalho de militantes. Como sempre, a disputa maior não era entre esquerda e direita, mas dentro da esquerda, entre o Partidão e a AP. Eu militava na AP, mas não fazia política estudantil, fazia sindicalismo rural.

A. Paiva: No MEB, não é?

J. Murilo: Isso, no MEB, Movimento de Educação de Base. O MEB era um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além da educação, passou a incentivar a formação de sindicatos rurais como contrapeso às Ligas Camponesas do Nordeste, controladas por Francisco Julião e pelo Partido Comunista. O Partido já tinha iniciado a formação de ligas em Minas. Mas o governo Goulart também resolveu enfrentar as ligas e de maneira inteligente. O Ministério do Trabalho, chefiado creio que por Almino Afonso, mudou a legislação para facilitar a criação de sindicatos. Passaram a ser formados e registrados rapidamente. Como consequência, houve um surto de sindicatos rurais, todos formados dentro do velho esquema de cooptação e controle da CLT. As ligas camponesas eram sociedades civis, independentes do Estado. Elas não podiam competir com os sindicatos que gozavam dos benefícios da legislação. O próprio Julião reconheceu a derrota num livrinho chamado *A bênção, mãe*. O fato de serem menos agressivos não tirava a importância dos sindicatos. O MEB dava o dinheiro para passagens e diárias e a gente atuava nos fins de semana, quando não havia mesmo nada que fazer em Belo Horizonte. O esforço era muito compensador. A gente chegava aos lugares apenas com a apresentação do padre. Muitos ouvintes se deveriam perguntar: “Mas o que esses garotos da cidade estão fazendo aqui no mato?” Como nasci em fazenda, conseguia comunicar-me no dialeto caipira mineiro. A reação variava. Nas plantações de eucalipto do Vale do Aço, ela era rápida e positiva. Ao final dos encontros, as pessoas já queriam sair dando tiro. Era preciso acalmá-las.

A. Paiva: Queriam fazer a revolução.

J. Murilo: É. Sindicato era pouco. Em outros lugares, no entanto, éramos quase enxotados.

A. Paiva: Isso foi até 64, não é?

J. Murilo: Foi. No governo Jango houve muita radicalização, pauleira na rua. O Brizola tentou fazer um comício em Belo Horizonte, no prédio da Secretaria de Saúde. Enquanto nós estudantes arregimentávamos ouvintes, mulheres rezadeiras ocuparam o auditório e a mesa, de onde rezavam e agitavam terços. Eram militantes da Cruzada do Rosário promovida pelo padre irlandês Patrick Peyton a serviço do governo americano. Pedro Peyton promovia imensas marchas da “Família com Deus pela Liberdade”, com milhões de participantes, para combater o comunismo. Quando o Brizola chegou, não conseguiu entrar no prédio. Falou cinco minutos no saguão e foi embora.

A. Paiva: Isso já foi um caso de oposição para o Jango?

J. Murilo: Foi. Era 64. Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, foi fazer uma palestra lá na Faculdade. O pessoal de direita ameaçou perturbar o evento. Nós nos armamos com porretes enfiados nas calças. Todo mundo andando de perna dura dentro do auditório. Era tenso, mas era divertido. Pelo menos até que a polícia e o Exército começaram a prender e bater para valer.

A. Paiva: Você estava no último ano?

J. Murilo: Estava no terceiro ano. Formei-me no ano seguinte.

R. Ismael: O golpe em si, ele marca de que maneira a sua trajetória?

J. Murilo: Estou fazendo um percurso meio longo, mas chego lá. Havia muita mobilização. Os congregados marianos da TFP iam para a Praça 7, a mais central de Belo Horizonte, pregar e colher assinaturas contra o comunismo e a reforma agrária. Alguém nos avisava e íamos lá perturbá-los. Em uma dessas batalhas, houve até interferência da cavalaria da Polícia Militar. Escrevi um artiguinho no jornal da Faculdade com o título “A guerrinha da Praça 7”. Logo depois veio o golpe. Para sorte minha, acho que não leram o jornal.

A. Paiva: Vocês batiam ponto na Praça?

J. Murilo: Era nosso campo de batalha. A molecada da praça ajudava bombardeando os congregados marianos com buchas de laranja. A batalha era meio cômica, mas as razões eram sérias. De nosso lado, estávamos convictos de que o Brasil socialista nos aguardava na volta da esquina.

A. Paiva: Era isso que eu ia perguntar. Vocês achavam isso mesmo?

J. Murilo: Estava na próxima esquina. Éramos de uma ingenuidade comovente. Ninguém tinha confiança em João Goulart. Mas havia os sindicatos, os camponeses, os estudantes, os militares progressistas, os Grupos dos Onze do Brizola, as Ligas do Julião. Era a

aliança operário-camponesa-estudantil-militar. E, é claro, havia o exemplo de Cuba que empolgava a todos.

A. Paiva: Cuba era o modelo?

J. Murilo: Era. Então pairava no ar aquela expectativa de revolução. Falava-se em Povo e anti-povo, em Nação e anti-Nação, em Revolução e anti-Revolução. Havia rumor de golpe, mas ele poderia ser de direita ou de esquerda, mesmo que fosse comandado pelos militares, porque havia também os generais de direita, os gorilas, e os generais do povo. Ninguém esperava um golpe como o que foi dado, isto é, um golpe em que os militares tomassem o poder e nele permanecessem. Isso ninguém previu.

A. Paiva: Não seria o ator, né?

J. Murilo: Não. Esperava-se que saíssem logo, como em 45, 54, 61. Quando avisaram ao Arraes que houvera um golpe, ele perguntou: “Quem deu, foi o Jango ou foi a Direita?” Os militares seriam só instrumento.

A. Paiva: Os Grupos dos Onze estavam espalhados estrategicamente?

J. Murilo: Estavam espalhados, mas não se sabia exatamente sua força. De qualquer modo, nada fizeram no momento do golpe.

A. Paiva: E qual foi a reação ao golpe dos militares de direita?

J. Murilo: Para mim e meus companheiros foi uma enorme surpresa. Foi o céu desabando sobre nossas cabeças. Nenhuma resistência! Nada de esquema sindical, de esquema militar, de esquema estudantil, de esquema popular. Vagávamos perdidos pelas ruas de Belo Horizonte, enquanto os alunos de direita circulavam armados, denunciando colegas e fazendo prisões. Veio tudo abaixo sem luta. Foram grandes as celebrações dos vitoriosos. Enormes marchas da “Família com Deus pela Liberdade”. No dia seguinte ao golpe, houve aqui no Rio uma marcha com mais de um milhão de pessoas. Quando os militares diziam que o golpe fora popular, tinham razão no que se refere às classes médias, tanto altas como baixas. Mas o principal para mim, como cidadão e estudante de sociologia, foi a perplexidade. Foi ela que me levou a estudar os militares.

A. Paiva: Esse virou o seu objeto. Essa perplexidade...

J. Murilo: Nossa postura era aliar teoria e ação. Por exemplo, ao fazer sindicato rural, a gente ia para o campo no fim de semana e na segunda ou terça-feira nos reuníamos para discutir a experiência. E nos perguntávamos, por exemplo, se o conceito de campesinato era adequado, ou se devíamos criar outro. Se era viável uma revolução agrária no Brasil. Recorriamos aos clássicos, tentávamos inventar. Não havia textos sagrados.

A. Paiva: Era um laboratório, não é?

J. Murilo: É, não era fazer por fazer, nem pensar por pensar.. Não nos afogávamos na empiria nem nos escravizávamos a conceitos e teorias. Foi ótima experiência. Meu estudo sobre Barbacena beneficiou-se dessa atitude. Quando parti para o campo, um jovem professor me orientou: “você vai ver como lá a política é dominada pelo latifúndio”. Era moda na época explicar tudo pelo imperialismo e o latifúndio.

A. Paiva: Esse foi seu primeiro artigo publicado?

J. Murilo: Foi. Cheguei a Barbacena e vi que havia muita política, mas pouco latifúndio. As famílias que mandavam não eram latifundiárias. Era uma cidade comercial e cartorial, conceito, este último, que fui buscar em Hélio Jaguaribe. Vacinei-me desde então contra o perigo de apriorismos teóricos usados como dogmas e não como hipóteses, como chaves de interpretação que podiam servir ou não. Ainda hoje vejo muito aluno que pega um guru do momento, Bourdieu, Foucault, Chartier, Elias etc. e enquadra a empiria à força em seus esquemas interpretativos produzindo muitas vezes verdadeiros monstros.

R. Ismael: Voltando ao golpe...

J. Murilo: Certo. Wanderley Guilherme dos Santos, então no ISEB, escreveu sobre a possibilidade de golpe, mas no estilo anterior. Os militares, de direita ou esquerda, empurrados por políticos, derrubariam o governo e devolveriam o poder aos civis.

R. Ismael: O golpe clássico era a expectativa do Lacerda.

J. Murilo: Claro. Magalhães, Lacerda, Juscelino, todos. Não conhecíamos as Forças Armadas, sobretudo, não conhecíamos o Exército e as transformações por que passara desde 1930.

R. Ismael: São tantos temas que a gente poderia ouvir do senhor, mas já que o senhor estudou tanto os militares, o que é que fez com que os militares permanecessem tantos anos no poder? Quer dizer, internamente sempre se falou em uma linha dura e até com o Sílvio Frota dentro do governo Geisel, o que é que o senhor acha que terminou fazendo com que os militares permanecessem tantos anos no poder?

J. Murilo: Estudei o assunto em três textos, dois deles republicados recentemente no livro *Forças Armadas e Política no Brasil*. O primeiro nunca foi publicado, foi a segunda memória de que falei e que me valeu a bolsa no exterior. A abordagem era nova no Brasil, e a devo a outro professor da Faculdade, o sociólogo Edmundo Campos, depois professor do IUPERJ por longos anos. A ideia era discutir as Forças Armadas como organização, com estrutura, valores e ideologia próprios. Antes, elas ou eram desprezadas como objeto de estudo pelos pensadores liberais, ou eram consideradas mero instrumento da luta de classes pelos marxistas, não merecendo atenção especial. Vê-las como organização, e numa perspectiva histórica, permitia entender suas características e desvendar a razão do novo tipo de intervenção posto em prática em 1964.

R. Ismael: E quais foram suas conclusões?

J. Murilo: Descobri que, como organização, o Exército passou por transformação radical na década de 1930. De um poder fragmentado e desestabilizador que era na República Velha, transformou-se em organização mais disciplinada, mais homogênea, e com um projeto de poder acima de partidos. Para Góes Monteiro, seu principal ideólogo, a Igreja Católica e as Forças Armadas eram as únicas instituições sólidas do país. Por isso, era necessário impedir a política dentro do Exército para que se pudesse fazer a política do Exército. Os militares só não assumiram o poder em 1937 porque as disputas entre generais eram ainda grandes. Mas foram o esteio do Estado Novo, cobrando um preço alto de Vargas em termos de orçamento. Em 1964, as condições internas e externas, sobretudo a Guerra Fria, tornaram viável o projeto. O general Costa e Silva declarou logo após o golpe: “Desta vez não vamos devolver o poder aos civis”. As Forças Armadas se sentiam em condições de governar o país melhor do que os civis e com maior garantia contra o perigo comunista. Os militares dissidentes foram expurgados.

A. Paiva: Você estava em Minas em 64. Depois, como é que você saiu de Belo Horizonte? Você veio para o Rio?

J. Murilo: Fui para os Estados Unidos.

A. Paiva: Depois da graduação?

J. Murilo: É. Coincidiu que a Fundação Ford tinha decidido investir no fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil. Em 1965, quando eu estava em meu último ano, seus representantes apareceram em Belo Horizonte e ofereceram à Universidade, nas pessoas de Orlando de Carvalho e Júlio Barbosa, ajuda para a criação de uma pós-graduação em Ciência Política. Foi o primeiro programa que a Fundação apoiou. Depois o apoio se estendeu ao Iuperj (Ciência Política e Sociologia), Museu Nacional (Antropologia), PUC-Rio (Economia), CEBRAP e algumas dezenas de instituições mais. A ANPOCS foi também criada com seu apoio. Curiosamente, em alguns casos individuais e no caso do CEBRAP, ela entrou ajudando professores cassados e perseguidos pelo governo militar. Segundo dados coligidos por Sérgio Miceli, entre 1962 e 1992, a Fundação Ford investiu 77 milhões de dólares no apoio às Ciências Sociais. A PUC recebeu 2,6 milhões, o Iuperj e a SBI, 3,1 milhões, Minas, mais pobre, 928 mil. Depois de certa disputa entre Orlando de Carvalho e Júlio Barbosa, o curso foi criado junto à Reitoria sob a direção de Júlio.

A. Paiva: Já com o financiamento da Fundação Ford?

J. Murilo: É. E uma parte importante do financiamento era destinada a mandar professores para fazerem pós-graduação nos Estados Unidos. Vieram dois professores, Frank Bonilla e Robert Packenham, com a tarefa de selecionar os primeiros candidatos. Fábio Wanderley foi para Harvard, Şimşon Şçhwarzman para Berkeley, Antônio Otávio

Cintra para o MIT, Mário Machado para Chicago, eu para Stanford, e mais alguns que não chegaram a completar o doutorado. No Rio, Amaury de Sousa, que viera de Minas, foi para Chicago, Alexandre Barros para a Northwestern, Bolivar Lamounier, também da diáspora mineira, e César Guimarães, para Los Angeles. Wanderley Guilherme dos Santos foi para Stanford, onde nos conhecemos.

A. Paiva: O Roberto Da Matta foi para Harvard, não é?

J. Murilo: Foi, mas era na cota da Antropologia. Mandaram-nos para as melhores universidades americanas. Vejam as surpresas da vida. Eu não sabia o que fazer com minha Sociologia Política e, de repente, abria-se uma avenida, caía das nuvens a oportunidade de estudar no exterior. Nos Estados Unidos já recebi cartas amorosas. Era minha vingança.

A. Paiva: As meninas mudaram de ideia?

J. Murilo: Antes tarde....

R. Ismael: O senhor passou quanto tempo nos Estados Unidos?

J. Murilo: Fui em agosto de 66 e voltei em dezembro de 68, logo após AI-5. Na Califórnia, vivi o auge do movimento hippie, vi e ouvi Joan Baez, tive medo dos Hell's Angels, participei de marchas contra a Guerra do Vietnã, arriscando-me a ser expulso do país.

A. Paiva: Você não estava em Berkeley, não é? Você estava em Stanford, que é mais comportada...

J. Murilo: Mas ia a Berkeley e a São Francisco, que era a meca da *flower generation*.

A. Paiva: Liberação da maconha? E contra a Guerra do Vietnã.

J. Murilo. As drogas mais usadas eram a maconha e o LSD.

A. Paiva: Era liberação total, não é?

J. Murilo: Era, ao som de "The times they are a-changing", de Bob Dylan.

A. Paiva: E no melhor lugar dos Estados Unidos.

J. Murilo: São Francisco, e a Bay Area em geral, são um encanto, descontados os terremotos.

A. Paiva: E sem aquele diretor que obrigava vocês a estudar.

J. Murilo: Stanford era muito quadrada. Lá não se precisava de Ivons para estudar. Eu ficava perplexo porque, à noite, todas as luzes dos dormitórios, sábado e domingo inclusive, ficavam acesas. Todo mundo estudando. A biblioteca central funcionava 24 horas, e cheia. Mesmo vindo de uma faculdade como a que frequentei, me admirava a dedicação ao estudo. Claro que os hippies eram *drop outs*, caíam fora, e iam para São

Francisco. Mas havia poucos deles em Stanford. A maioria era de Berkeley. Em Stanford, a única coisa que os estudantes conseguiram fazer foi organizar cursos paralelos, fora da estrutura curricular: pintar corpos, ouvir pássaros, guerrilha etc.

A. Paiva: Era muita autodisciplina.

J. Murilo. Calvinista. Nem católicos havia por lá.

R. Ismael: O senhor fez o que lá, o Mestrado?

J. Murilo: Mestrado e Doutorado. Não davam muita importância ao Mestrado. Nem dissertação era exigida. Bastava que o aluno completasse os créditos em disciplinas para se tornar Mestre. Aí ele fazia um exame de qualificação e, se aprovado, era admitido ao Doutorado.

A. Paiva: Imagina, naquela época já não davam importância!

J. Murilo: Nós só agora é que estamos podendo relativizar a importância do Mestrado. No IUPERJ, lutei pela passagem direta ao Doutorado. Mas em Stanford não completei logo o Doutorado. Tive que regressar ao Brasil em fins de 1968 para fazer a pesquisa. Eram os tempos brabos do AI-5 e havia ainda a tarefa de consolidar o curso de pós-graduação. Só terminei a tese em 1975.

A. Paiva: Sua tese foi publicada com o título de *A Construção da Ordem*, não é?

J. Murilo: Publiquei de início em dois livros, *A Construção da ordem*, pela Campus, em 1980 e *O Teatro de Sombras*, pela Vértice/IUPERJ, em 1988. Depois juntei as duas partes em um livro só, que hoje é editado pela Civilização Brasileira. *Teatro de sombras* teve uma edição francesa em 1990, pela Maison des Sciences de l'Homme, com o título de *Un théâtre d'ombres*.

A. Paiva: Como você vê esses livros hoje?

J. Murilo: A primeira parte era sobre a elite política imperial, a segunda sobre as relações entre elite política e classes sociais. Se estudar militares pelo viés organizacional já era ir contra a corrente, estudar elites, era pior ainda. Elite era palavrão. Aliás, em certos arraiais políticos ainda é: são as malsinadas zelite. Durante algum tempo fui xingado, aliás impropriamente, de weberiano. Lembro-me de que a antropóloga Ruth Cardoso comentou uma vez na minha frente, em reunião no CNPq, referindo-se a *Construção da ordem*: “Imagina, quem lê José Murilo de Carvalho”? Creio que o livro hoje venceu boa parte da prevenção e já tem alguns leitores.

A. Paiva: E nessa época, José Murilo, pode-se dizer que a sua Ciência Política já era combinada com a História?

J. Murilo: A estrutura da tese era de Ciência Política, com o aparato teórico exigido pela

disciplina. Mas o cenário era histórico, o século XIX. Já no trabalho sobre Barbacena tentara estudar a política na História. Com modéstia típica da juventude, busquei explicar a briga de família usando uma teoria de feudalismo desenvolvida por Johan Galtung. A abordagem era sociológica, mas o poder local era um fenômeno histórico. Enquanto escrevia a tese, publiquei um livro de natureza histórica, *A Escola de Minas de Ouro Preto*, publicado pela Cia. Editora Nacional/Finep, em 1978, com honroso prefácio de Francisco Iglésias. Uma reedição saiu em 2002 pela Editora da UFMG.

A. Paiva: Quem é Johan Galtung?

J. Murilo: Um sociólogo sueco que ensinava na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, FLACSO, no Chile, um órgão de natureza internacional. Não sei se ainda vive. Foi responsável por minha segunda derrota acadêmica, e pela mesma razão. A primeira foi quando fui reprovado na prova oral do vestibular de economia por causa de uma maldita equação de segundo grau que não soube resolver. Galtung reprovou-me também por causa de uma equação, sei lá de que grau, quando me candidatei ao mestrado da FLACSO. A FLACSO, na verdade, antecipou-se à Ford em levar gente para estudar fora. Do grupo de Minas, foram fazer lá o Mestrado, antes da bolsa da Ford, Fábio Wanderley, Simon Schwartzman, Antônio Otávio. José Serra também passou por lá. Fernando Henrique ensinou lá mais tarde. Tomei conhecimento da moderna Ciência Política, inclusive a norte-americana, por intermédio dos três professores mencionados acima, que a trouxeram da FLACSO. Cheguei aos Estados Unidos já conhecendo Talcott Parsons, Gabriel Almond, Sidney Verba, Lipset, e outros que pontificavam na época. Galtung era mais focado em metodologia quantitativa. Foi aí que ele me pegou.

R. Ismael: No estudo de Barbacena já apareciam as elites políticas, não é?

J. Murilo: É, só que a nível local. Fui para Stanford pensando em continuar esse tipo de estudo, lá chamado na época de “community power studies”. Mas lá, e essa é uma das vantagens de se ver o país de fora, nacionalizei minha visão e desloquei o foco para as elites nacionais no século XIX. Conversas com Wanderley Guilherme também me ajudaram a refazer a proposta inicial.

A. Paiva: Quando você voltou de Stanford, voltou para Minas ou já veio para o Rio?

J. Murilo: Para Minas. Tínhamos compromisso de voltar, assumido com a Universidade e com a Fundação Ford, embora meu doutorado não tivesse custado um tostão de dinheiro público, pois ainda não era contratado.

A. Paiva: Foi a Fundação Ford que financiou todos esses doutorados?

J. Murilo: Todos. As bolsas incluíam passagens, anuidades, livros, manutenção.

R. Ismael: Voltando, o senhor vai fundar o Departamento de Ciência Política?

J. Murilo: Já estava fundado, tratava-se de consolidar. De início, funcionava na Reitoria e era só Mestrado. Depois foi para a Faculdade de Filosofia, onde assumiu também a graduação. Quem voltava do exterior ajudava a carregar o piano tendo, ao mesmo tempo, que fazer a tese. Estavam nessa condição Fábio Wanderley, Antônio Otávio, e eu mesmo. Simon voltou, mas ficou pouco tempo. Fábio ficou lá até se aposentar, Antônio Otávio deixou a Universidade e virou assessor parlamentar em Brasília. Com seu talento, poderia ter dado excelente contribuição à Ciência Política.

A. Paiva: Quais eram as condições de trabalho sob o AI-5?

J. Murilo: Muito difíceis. De um lado, a ditadura, de outro, a má vontade de colegas e alunos pelo fato de termos estudados nos Estados Unidos com dinheiro da Ford. Henfil, então aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, fazia críticas em suas primeiras charges. O anti-americanismo (lembrem-se da fórmula latifúndio e imperialismo) era forte. Ainda na graduação, sentei-me um dia para almoçar ao lado de um colega que era gringo e que almoçava sozinho. Era só uma gentileza. Os colegas começaram a gritar “Sai daí, Murilo!”. Quando voltei, um colega da economia comentou comigo: “Espero que não tenha voltado americanalhado”. Sempre os economistas...

R. Ismael: Quando é que surge esse momento em que o senhor vai transitar aqui pelo Rio de Janeiro e vai se fixar?

J. Murilo: Ficamos lá consolidando o Departamento. Os problemas políticos eram grandes, sobretudo quando havia cassação de colegas em Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, ou prisão de alunos. Tínhamos discussões difíceis. Que fazer diante das cassações? Alguns propunham protesto, solidariedade, renúncia. Já houvera casos desses e a reação do governo era sempre a mesma: cassar também quem protestasse. O argumento contra o protesto era o seguinte: “Se protestarmos, nos cassam a todos, fecham o Departamento ou colocam gente deles”. Creio que era a posição mais correta, mas não era muito heróica. Era uma escolha de Sofia.

A. Paiva: Corria o risco de fechar o departamento.

J. Murilo: Fechar ou botar só gente deles, civil ou militar. O argumento pragmático, e pouco heróico, propunha a preservação da instituição à espera de melhores tempos. Foi o que fizemos.

A. Paiva: Isso foi em que ano? 1972?

J. Murilo: No governo do general Médici, primeira metade dos anos de 1970. Alguns de meus professores da graduação foram presos, cassados, exilados. Vários alunos também foram presos, inclusive uma namorada minha.

A. Paiva: O Vinícius foi torturadíssimo.

J. Murilo: Já se tinha formado. Um colega de graduação, Carlos Alberto Soares de Freitas,

que disputou comigo o papel de orador de turma, foi morto na prisão em Petrópolis. Fiquei sabendo agora que era amigo e companheiro de luta da presidente Dilma Rousseff, a quem não cheguei a conhecer. Outro contemporâneo, Juarez Brito, também foi morto. Um colega e companheiro de sindicalismo rural teve que ir para a clandestinidade. Encontrei-o vários anos depois aqui no Rio, no enterro da secretária Lyda Monteiro que foi morta por uma bomba jogada na sede da Ordem dos Advogados em 1980. Outro colega, o mais inteligente da turma, que era do Partido, foi lecionar da UNB e um dia pulou daquela torre lá. Fui investigado porque ele trazia uma carta minha no bolso, nada subversiva. Nela eu falava em Departamento, referindo-me ao de Ciência Política. O investigador queria saber se não era codinome para aparelho. Escapei de tudo isso por ter interrompido o trabalho de sindicalização rural uns meses antes do golpe. Com a radicalização, fiquei desconfortável. No caso de repressão, os sindicalizados é que iriam sofrer as piores consequências. Para um leninista, o argumento era pequeno-burguês. Para mim, era um pouco mais.

Mas, voltando à pergunta, Wanderley Guilherme convidou-me para vir para o IUPERJ e aceitei. Foi em 1978.

R. Ismael: Mineiro gosta do Rio...

J. Murilo: Pode ser. Mas no meu caso o motivo não era o mar. Aceitei porque aqui teria melhores condições de trabalho, os arquivos, as bibliotecas, a vida cultural.

A. Paiva: E o IUPERJ tinha sido fundado nessa época, não é?

J. Murilo: O Mestrado em Ciência Política do IUPERJ é de 1969, o de Sociologia, de 1973. O Doutorado nas duas áreas é de 1990 e já ajudei a criá-lo. Senti-me logo em casa. Havia os amigos, muitos vindos de Minas, e o mesmo estilo de trabalho. O moderno sistema de pós-graduação brasileiro, criado a partir do parecer 977/65 de Newton Sucupira, era baseado no norte-americano ao qual estávamos todos acostumados. Vocês foram formados nesse sistema que contrastava com o antigo, da USP, copiado da França. O Doutorado, sobretudo, tinha sentido muito diferente nos dois sistemas. Na USP, aproximava-se do Doctorat d'État, que era obra de uma vida. No sistema americano, era o bilhete de entrada na carreira. Na UFMG e no IUPERJ, trabalhávamos dentro do mesmo modelo.

R. Ismael: Professor José Murilo, esse depoimento eu acho que é importante. Qual o balanço que o senhor faz dessa diferença? Porque, na verdade, o senhor está pegando aí o início da institucionalização das Ciências Sociais, especificamente desse modelo norte-americano que o IUPERJ adotou. Quais são os prós e os contras desse modelo? Na verdade, você tem um doutor aí, às vezes com 30 anos, começando a sua vida profissional. Você não acha que é muito precoce para fazer certas escolhas relacionadas ao Doutorado?

J. Murilo: A filosofia é distinta. O sistema francês, ou europeu em geral, era mais elitizado e

tutorial, com poucas disciplinas e mais contato com o orientador. O doutorado americano era e é massificado, quase fordista, e mais departamental. A grande obra, ou as grandes obras, vêm depois, se vierem. A filosofia por trás dele é que, havendo muitos pesquisadores produzindo muitos trabalhos, crescerá também o número dos bons trabalhos. Mesmo os trabalhos menos bons ajudariam a acumular conhecimento. A rápida multiplicação de nossos mestres e doutores não se teria verificado sem esse sistema. E, no geral, entre nós, dessa massa tem surgido uma rica e vasta produção responsável pelo amadurecimento de nossas Ciências Sociais e de nossa Historiografia. Muitos colegas, sobretudo na História, ainda reclamam dos prazos exíguos. Mas é uma questão, digamos, de economia acadêmica. A formação mais rápida redundaria em mais tempo para o trabalho independente posterior. E permite ainda a democratização do sistema, com menores custos por aluno. Olhando por esse lado, há vantagens no sistema. Aliás, ele está sendo adotado também na Europa. A França já acabou há tempos com o Doutorado de Estado. Nada impede, no entanto, muito pelo contrário, que a preocupação com a qualidade seja constante. O ideal seria que essa qualidade viesse da melhoria do ensino médio e não do espichamento da pós-graduação.

A. Paiva: Conta um pouco mais da sua relação da Ciência Política com a História, porque depois que você saiu do IUPERJ, você voltou a ser mais historiador, não?

J. Murilo: Certo. O que fiz no IUPERJ um pouco diferente dos outros colegas que foram estudar nos Estados Unidos foi ensinar durante anos uma disciplina sobre pensamento social e político brasileiro; foi recuperar nossa tradição intelectual, coisa iniciada no ISEB, sobretudo por Guerreiro Ramos. Ao lado dos grandes clássicos, lidos em Minas, e dos autores norte-americanos, busquei alistar os clássicos brasileiros. Era, de alguma maneira, fazer história das idéias. Isso me permitia também dialogar com os que não tinham ido para os Estados Unidos, como Luiz Werneck Vianna. Por caminhos distintos, acabamos ambos lendo gente como o Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Oliveira Viana, para falar dos menos lembrados naqueles anos. Oliveira Viana era um maldito.

A mudança maior veio quando fui passar um ano no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Foi convite de Albert Hirshman, um economista meio heterodoxo, muito amigo do Brasil. Ele já tinha convidado Fernando Henrique e Boris Fausto. Fernando, eu conhecia de contatos acadêmicos. Não conhecia Boris pessoalmente, mas ele já me convidara para fazer o capítulo sobre militares na República da *História Geral da Civilização Brasileira*, então já sob sua responsabilidade.

A. Paiva: Você ficou quanto tempo?

J. Murilo: Um ano acadêmico americano, isto é, nove meses. Trata-se de um instituto original, não vinculado à Universidade de Princeton. É um lugar de sonho para trabalhar. Foi fundado por um judeu rico. Ele chamou um especialista em educação e disse que queria criar uma faculdade de Medicina. A resposta foi outra pergunta, “por que fazer

mais uma faculdade de Medicina, se já há tantas”? “Então me sugira outra coisa, disse ele”. A sugestão, posta em prática, tornou-se modelo de vários institutos de estudos avançados que há pelo mundo. A filosofia por trás do modelo foi exposta pelo idealizador em um artigo intitulado “A utilidade do conhecimento inútil”. O argumento era que muitas descobertas científicas tinham sido feitas por acaso, sem que o pesquisador estivesse a sua procura. Daí o formato do Instituto: um grupo pequeno de pesquisadores permanentes e um grupo maior convidado todos os anos. Lá a obrigação de todos era pensar e pesquisar. Fui um dos convidados. As áreas cobertas eram Matemática, História, Ciências Sociais e Física.

A. Paiva: Ainda existe esse Instituto?

J. Murilo: Em plena atividade. Na época em que lá estive, 1980-81, a única obrigação formal era manter residência, participar dos almoços coletivos, durante os quais havia sempre uma conferência, e pertencer a um grupo de discussão. Quem não quisesse fazer nada não seria importunado, mas a pressão moral era quase irresistível.

A. Paiva: Você não tinha que dar aula não?

J. Murilo: Sem aulas e sem alunos, um paraíso. Além de trabalhar, só jogava futebol.

A. Paiva: Por que achou a experiência importante?

J. Murilo: Primeiro, pelo ambiente de trabalho, um lugar todo gramado e arborizado, com casas e escritórios para os pesquisadores. Mas o mais importante era o ambiente intelectual e os contatos que se podiam fazer. No corpo permanente, na área de Ciências Sociais e História, estavam, além de Hirschman, Clifford Geertz, pela Antropologia, Michael Walzer pela Ciência Política e o historiador inglês John Elliott pela História. Entre os convidados, estava o historiador Robert Darnton, bem conhecido hoje no Brasil. Ouvi a primeira exposição de seu conhecido artigo sobre o massacre dos gatos. Hoje ele dirige a biblioteca de Harvard. Havia ainda outros historiadores e cientistas sociais da Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Holanda, Índia e Paquistão. Geertz e Darnton mostraram como História e Antropologia podiam trabalhar juntas. Davam juntos uma disciplina na Universidade. Gombrich me revelou a história da arte, Sewell a história da classe operária, e assim por diante. Eram janelas que se abriam, relembrando os tempos em que fui aluno do Iglésias, agora em dimensão internacional.

A. Paiva: Você almoçava com essas pessoas?

J. Murilo: Era quase obrigatório e trocando de mesa a cada almoço para falar com todos. Havia um geninho indiano da matemática. Meu prazer maior era vingar-me de minhas derrotas em matemática derrotando-o no futebol.

R. Ismael: O senhor acha que esses momentos de distanciamento que o senhor teve em relação Brasil melhorou o seu olhar em relação ao país? É evidente que essa experiência que o senhor teve em Stanford, por exemplo, se distancia um pouco do objeto, saindo um pouco até dessa rodinha dos professores universitários que vai se encolhendo por um monte de coisas. Isso ajudou o seu olhar sobre o Brasil, sobre a sua obra, que a partir de então vai discutir a questão da cidadania e outras questões?

J. Murilo: Sair do país, mesmo que seja período curto, num pós-doutorado, devia ser obrigatório para todos os doutores. Ver o Brasil de fora, desviar o olhar do umbigo é uma experiência importante, pode mudar nossa visão do mundo e do país. Princeton, pela variedade de contatos, afetou a direção de meus trabalhos. É a diferença que há entre minha tese de Doutorado e os trabalhos posteriores, entre *Construção da ordem/ Teatro de sombras* e *Os bestializados*, publicado em 1987 pela Companhia das Letras, e *Formação das almas*, publicado por essa mesma editora em 1990. Em *Os bestializados*, há menos preocupação com hipóteses, mais com conceitos costuradores da narrativa, como o de cidadania, menos preocupação com elite e mais com o povo. No segundo, a importância da arte, escultura, arquitetura, pintura, música, como janelas para o passado é muito grande. Novos temas e novas abordagens. Posteriormente, em ensaios como *Cidadania no Brasil* tentei usar o conceito de cidadania para costurar uma narrativa histórica. A narrativa é histórica, a costura, conceitual.

A. Paiva: Você produziu algum texto nessa época de Princeton?

J. Murilo: Escrevi um texto para apresentação no grupo de discussão e outro para a palestra do almoço. Este último, que era um resumo da *Construção da ordem*, foi encaminhado por Geertz à *Comparative Studies in Society and History*, que o publicou em 1982. Preparei outro sobre militares que saiu em *The Hispanic American Historical Review*, no mesmo ano.

R. Ismael: Professor, o senhor tem um texto que eu gosto muito sobre o Oliveira Vianna, que é “As duas cabeças de Oliveira Vianna”, uma de certo lado influenciada por autores franceses e outra influenciada por Alberto Torres e essa linhagem. A gente também na revista recentemente esteve entrevistando o professor Gilberto Velho. Ele é muito influenciado pela Escola de Chicago. Quais são as suas influências já dentro desse campo acadêmico, dentro dessa trajetória que começa lá em Stanford e depois vem pra Minas e para o Rio de Janeiro?

J. Murilo: Diria que as influências foram menos no campo das ideias do que nas temáticas e posturas. De Iglésias e Princeton retive a atitude de diálogo entre disciplinas e abertura a diferentes aproximações do objeto de estudo. Em Stanford, tive contato com o oposto, a disciplinarização e o positivismo metodológico. Mas o conceito de cultura política era também muito popular, na versão de Almond e Verba. Até hoje o acho aproveitável, mesmo que sob outras vestes. Em termos de ideias propriamente, não me considero

discípulo de ninguém. Sou, sim, como todos nós, tributário de uma longa tradição de pensamento ocidental. Infelizmente, só ocidental. Quem não é tributário de alguma maneira de Aristóteles, Maquiavel, Locke, Rousseau, Marx, Weber, Durkheim, Freud e tantos outros? Mas é importante não transformar esses autores em gurus, é usar as teorias e conceitos deles como inspiração, como pontos de partida para novas ideias e novas interpretações.

R. Ismael: Uma coisa que me chama atenção é que, certamente, o senhor é historiador e cientista político, mas o senhor escreve muito bem. Eu acho que escrever com clareza, com precisão, escrever de maneira objetiva, na verdade, tem uma narrativa. Eu gosto muito do seu texto *A Cidadania no Brasil*, sobre a evolução da cidadania no Brasil, que na verdade termina falando um pouco além da universidade. Você **teve esse desejo de escrever para além dos muros da academia?**

J. Murilo: São dois pontos relacionados. Um, valorizar a escrita, outro, mirar além da academia universitária. Eles se relacionam porque sem o primeiro não se atinge o segundo, mas o inverso não é verdadeiro. Pode-se escrever bem por puro amor à escrita. Quanto à escrita, creio que minha geração universitária foi talvez a primeira que não teve pretensões beletristas. Antes não havia bacharel que não arriscasse seus versos.

A. Paiva: E que não soubesse as regras de português, não é?

J. Murilo: Que não soubesse gramática. Confesso que ainda arrisquei os meus versos, mas muito passageiramente e muito desastrosamente. Mas meu pai já insistia no uso correto da língua, e no ensino médio tive professores de bom gosto literário. Depois Iglésias reforçou o interesse pela literatura. Ele era muito relacionado aos modernistas mineiros de sua geração, Drummond incluído, e um grande escrevedor de cartas, prática hoje extinta. Todos achávamos que tinha poemas e romances na gaveta. Infelizmente, não tinha. Nos Estados Unidos, desaprendi a escrever. Escrever bem não era preocupação dos cientistas sociais de lá, e nem é dos daqui até hoje. Quem penteava os textos deles eram as secretárias ou os revisores das editoras. Hoje devem ser os programas de computador.

A. Paiva: Mas você é considerado um bom escritor. Não é á toa que você hoje é um imortal, quer dizer, tem pessoas que escrevem textos truncados.

J. Murilo: Tive que reaprender a escrever, recuperar o que perdera. Fui ajudado nesse esforço por duas contingências. A primeira foi a vinda para o Rio, seguida de convites para escrever na imprensa, sobretudo no falecido *Jornal do Brasil*. Aí me dei conta de que em jornal a qualidade do texto é fundamental. Ele tem que ser claro, enxuto e, se possível, elegante. Se não, ninguém lê. A segunda foi a aproximação da História. Se é ruim escrever mal nas Ciências Sociais, na História é desastroso, porque História é Humanidades. A tradição de escrever bem sempre a acompanhou, sobretudo na França e na Inglaterra. Martius, em seu conhecido texto sobre como escrever a história do Brasil, de 1843, já

insistia na importância da qualidade do texto. Entre nós, um dos melhores escritores entre os historiadores foi Sérgio Buarque de Holanda, que era formado em Direito. Mas as novas gerações, tanto de historiadores como de cientistas sociais, escrevem mal. Até a gramática sofre em suas mãos. Enfim, venho tentando desde então melhorar o texto, com resultados longe de satisfatórios. *Cidadania no Brasil*, citado por Ricardo, é parte do esforço e, mais ainda, a recente biografia de Pedro II.

A. Paiva: *Cidadania* foi uma edição mexicana, não é?

J. Murilo: Decorreu de uma solicitação de Alice Hernández Chávez, do Colégio do México, para a editora Fondo de Cultura Económica em 1995. Além de se destinar a um público amplo, era para um público estrangeiro. Depois, reformulado, saiu no Brasil pela Civilização em 2001. Curiosamente, foi também publicado em Cuba em 2004, por ter ganhado o prêmio Casa de las Américas. O gênero, um ensaio histórico, também pedia atenção especial ao texto. Meu primeiro aprendizado em escrever visões gerais de uma época foi quando co-autorei com Leslie Bethell, um capítulo para a *Cambridge History da América Latina*, coordenada por ele. *D. Pedro II* também foi encomenda de editora, a Companhia das Letras, um produto dirigido ao grande público. Dos meus livros, foi o que mais vendeu a curto prazo.

A. Paiva: *D. Pedro II* vendeu mais do que *Cidadania no Brasil*?

J. Murilo: Bem mais, uns 40 mil exemplares até hoje. Mas no total *Os Bestializados e Formação das Almas* venderam mais. Cerca de 80 mil cada um.

A. Paiva: Oitenta mil livros?

J. Murilo: Mas foram publicados há algum tempo. O *D. Pedro II* vendeu mais rápido, mas acho que não vai manter o ritmo. Mas, vejam bem, tudo depende do público. É claro que em revistas, ou mesmo em livros mais acadêmicos, pode-se e, às vezes, deve-se, usar outro estilo, outra retórica, sob pena de não se ser levado a sério. Acabei de escrever um artigo sobre eleições no Império cheio de tabelas, que deve sair este ano em um livro a ser publicado nos Estados Unidos. É certamente chato de ler, mas adequado ao público a que se destina. Os organizadores não aceitariam outra coisa. Há uma retórica para cada público, o que não significa diferença na qualidade ou quantidade da pesquisa. *Pedro II*, por exemplo, não recebeu um prêmio a que concorria porque, segundo a comissão, não tinha pesquisa, era ensaio. Ora, tinha 30 anos de pesquisa! Além disso, o prêmio era para ensaio... Não tinha pesquisa porque não tinha notas de pé-de-página.

A. Paiva: Você andou fazendo pesquisas, aquela sobre cidadania também, com tabelas, com pesquisa quantitativa.

J. Murilo: Certo. Saiu na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a da ANPOCS.

A. Paiva: Isso que você estava falando sobre a História que você faz, usando conceitos e com a questão ali bem preservada, se tivesse que continuar a história da cidadania no Brasil hoje, que você escreveu na década de 1990, com esse povo de *Os Bestializados*, você acha que com a redemocratização de 88 fez uma diferença no sentido de uma maior pedagogia para o civismo brasileiro?

J. Murilo: A essa altura, o livro está precisando de um capítulo adicional. Afinal, foi escrito há dez anos. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi coberto pela metade, o de Luís Inácio Lula da Silva não foi coberto. Mantendo o enfoque do livro, pode-se dizer que os direitos sociais foram muito ampliados. Apesar das acusações de paternalismo e clientelismo em relação, por exemplo, ao programa da Bolsa Família, é preciso reconhecer que ele contribuiu para a redução da desigualdade e, não por acaso, ajudou reeleger Lula e a eleger Dilma Rousseff. No que se refere aos direitos políticos, não houve expansão quantitativa, mas houve mudança qualitativa. Para os milhões que começaram a votar durante a ditadura, sobretudo para os mais pobres, o voto tinha pouco sentido além de um mecanismo para a obtenção de algum benefício pessoal. A partir do governo Fernando Henrique e, sobretudo, do governo Lula, essa massa de eleitores começou a sair da idiotia, passou a perceber a diferença entre políticas públicas e a votar de acordo com essas diferenças. Na segunda eleição de Lula, seu eleitorado, e o que levou para Dilma, eram formados em boa parte pelos beneficiários dessas políticas redistributivas. Há aí um resíduo de clientelismo e paternalismo varguista, mas trata-se, sem dúvida, de um avanço. O eleitorado está muito mais atento às políticas de alcance social, daí a dificuldade enorme que tem o PSDB de romper essa barreira. Ninguém ganha eleições hoje se não endossar de alguma maneira o que foi feito. Quanto aos direitos civis, acho que não se fez muito progresso. Continuam aí a violência, a corrupção da polícia, a ineficácia do judiciário e por consequência a falta de garantias para os cidadãos mais pobres, apesar de algum avanço na ação do Ministério e da Defensoria Públicos.

R. Ismael: Sobre esse mesmo livro, eu acho que tem uma coisa que talvez também pudesse ser complementada. A gente sempre volta a esse tema de “republicanizar” a República, não é? O senhor que viveu aqueles períodos lá que o senhor bem colocou, em que se tentava desestabilizar o governo Vargas, o udenismo, etc. Quais são as diferenças, de maneira mais qualitativa, entre aquilo que estava lá, e hoje essas questões ligadas à crítica ao governo Lula e certamente ao episódio do mensalão, que é o mais emblemático. O senhor acha que também ainda falta “republicanizar” a República, de tornar a questão republicana uma questão mais enraizada na cultura política brasileira?

J. Murilo: Há um regime republicano no Brasil há 120 anos, mas não há valores nem práticas republicanos. Escrevi alguns artigos em jornais sobre isso, distinguindo república de democracia. Por uns anos, participei de um grupo de estudos da república, de que também participavam Luiz Werneck Vianna, Maria Alice, Renato Janine, Newton Bignotto e outros.

A. Paiva: Lá no IUPERJ, não é?

J. Murilo: Não, era um grupo interinstitucional, com apoio da Fapemig. Nos debates, ficou claro para mim que é útil heurísticamente distinguir os dois conceitos. Democracia tradicionalmente tem a ver com o povo, significa inclusão política e social. Quanto mais participação política e social, mais democracia. República, também tradicionalmente, tem a ver com valores e com bom governo. Os exemplos clássicos de república, de Atenas, de Roma, das cidades italianas, não eram democráticos, havia escravos, havia patriciado. A liberdade e igualdade perante a lei eram só para os cidadãos. Mas havia um sentido de bem coletivo, engajamento dos cidadãos, instituições respeitadas, bom governo.

A. Paiva: Quer dizer, a igualdade não entra aí?

J. Murilo: Só perante a lei. Em nossa República Velha, que era oligárquica, havia mais valores republicanos, mais políticos virtuosos do que hoje. Foi nesse sentido que me referi a D. Pedro II como republicano, um chefe de Estado voltado para o interesse público. Frei Caneca em seu texto sobre “O que é a pátria do cidadão?”, de 1822, foi quem entre nós mais enfatizou esses valores, pensando no exemplo de Roma e, seguramente, nos trabalhos de Montesquieu. O patriota para ele, equivalente ao cidadão romano, tinha que colocar a pátria acima de seus interesses pessoais. O que houve no Brasil desde o segundo governo de Vargas foi uma invasão de povo no sistema político. No primeiro governo, Vargas promovera sua inclusão social. Houve democratização social e política, retomada e levada adiante pelo governo Lula. No entanto, a república retrogradou, seguramente nos governos militares (nos quais aumentou a participação eleitoral), mas também no governo Lula. As instituições, sobretudo o Congresso e o Judiciário, perderam respeitabilidade e força diante do Executivo. O Congresso foi ferido pelo mensalão, a justiça eleitoral foi tratada com descaso. O ex-presidente não usou seu enorme prestígio popular para valorizar as instituições e velar pela transparência e correção das ações do governo. O Estado foi colonizado por grupos e corporações de modo mais fisiológico do que republicano. Vejo, então, uma tensão entre república e democracia. Mas hoje uma sem a outra não terá vida longa. Sem democracia, nossa república não tinha futuro, sem república nossa democracia não se consolidará. Valores republicanos não significam udenismo, são ingredientes indispensáveis a um governo democrático. Se fosse acrescentar um capítulo ao livro, provavelmente insistiria nesse ponto.

A. Paiva: Como é que o Wanderley chamou? Civismo predatório?

J. Murilo: A anti-república chamei em *Os bestializados* de estadania. Entramos aí na discussão do iberismo tanto do gosto do Werneck Vianna, retomando Richard Morse. A pergunta interessante é: o que é mais, ou menos, republicano, o iberismo ou o americanismo? Brasileiro adora Estado. Como escrevia um pedinte de emprego a Rui Barbosa quando este era ministro da Fazenda: “A República é grande, cubra-me com a

bandeira de sua proteção”. Mas essa inclusão, embora possa ser bom governo, virtude do Estado, seria republicana? Onde fica aí o cidadão virtuoso e ativo, sustentáculo da república? Um Estado virtuoso à moda ibérica forma cidadãos ativos, ou forma súditos e seguidores?

A. Paiva: Olha, mas você tem que escrever um belo artigo sobre essa discussão que você fez de república, cidadania e democracia.

J. Murilo: Recentemente, escrevi sobre a relação entre república e democracia na tradição republicana brasileira. Os propagandistas liberais não faziam a distinção, mas os positivistas a faziam muito clara.

A. Paiva: Como se a democracia fosse uma conseqüência da república. Você vê lá aqueles republicanos americanos, aqueles Hamiltons da vida, a igualdade não estava nas preocupações deles.

J. Murilo. A escravidão para eles não afetava a república.

R. Ismael: Professor, só uma coisa que eu acho que é importante para concluir nessa parte final da entrevista, eu queria tocar num ponto ainda. A partir dos anos 90, se relativizou muito essa questão de Esquerda e de Direita. Passou-se até a questionar se isso fazia sentido, mas talvez eu acho que seria interessante ouvir um pouco sua opinião sobre o que é ser conservador hoje? De que maneira a gente poderia olhar novamente uma agenda mais progressista pro Brasil nos próximos anos? Que questões e que aspectos brasileiros precisam avançar para a gente ter uma sociedade mais igualitária, mais desenvolvida, não só do ponto de vista econômico, mas em outros aspectos?

J. Murilo: Agora que já estou cansado, vocês vêm com perguntas complexas. Nessa questão de direita e esquerda, a posição de Norberto Bobbio tem tido algum êxito. Ser de esquerda, segundo ele, é dar ênfase à igualdade, ser de direita é preferir a liberdade. É verdade que historicamente liberdade e igualdade só não andaram às turras no lema da Revolução Francesa. Costumo dizer que esse lema, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, coloca juntas coisas difíceis de combinar. Liberdade e igualdade andaram em luta permanente no mundo moderno e o conflito raramente se resolveu pela fraternidade. Países como a Suécia acabaram conseguindo um equilíbrio razoável, mas outros, como o Brasil e os da América ibérica, ainda têm um longo caminho pela frente. Apesar disso, creio também que a época das revoluções igualitárias que matam a liberdade já passou. Não cabem mais posições extremas no assunto, apesar de alguns teimosos. Combinar liberdade e igualdade é um ideal quase generalizado. E como, no Brasil, esquerda já foi palavra e hoje direita é que é palavra, prefiro evitar a dicotomia. Coloco, de um lado, os que se dispõem a sacrificar um dos dois valores a favor do outro, seja qual for, de outro lado, os que procuram conciliar igualdade e liberdade. Estou com os últimos. Não abro mão de nenhum dos dois valores básicos do Ocidente, por mais difícil que ainda seja

compatibilizá-las. O jogo político democrático serve exatamente para os aproximar. O Brasil, a despeito de algumas sobrevivências antilibertárias, marcha na direção certa.

A. Paiva: E hoje ninguém mais se diz de Direita, não é?

J. Murilo: Virou palavrão. Um jornalista me perguntou outro dia se conviria termos um partido declaradamente de direita, isto é, que, nos termos de Bobbio, defendesse ao extremo os direitos individuais. Disse que seria útil, mas ninguém tem coragem. Assim como tínhamos antes esquerdistas no armário, hoje quem está no armário são os direitistas, ainda recorrendo à definição de Bobbio.

A. Paiva: Esse grande debate entre liberdade e igualdade apareceu na campanha eleitoral?

J. Murilo: Apenas de maneira indireta e primária. Não se discutiram ideias. Foi só bate-boca. Um lado acusando o outro de elitista, liberal, direitista, reacionário, o outro retrucando com clientelista, populista, autoritário, corrupto. Mas é como eleições se fazem hoje. O analista tem que olhar por trás desse disfarce. Porque de uma coisa se pode ter certeza: as coisas estão se movendo, a economia muda, a educação aumenta, a internet avança, os valores se alteram, as camadas sociais se deslocam. Como diria Bob Dylan: “The times they are a-changing”.

A. Paiva: A minha última pergunta. Como é que você vê o futuro das Ciências Sociais?

R. Ismael: Para um cientista social que está começando agora, mais nesse sentido.

J. Murilo: Eu nem sei o que é que estão ensinando hoje nos Departamentos de Ciências Sociais.

A. Paiva: Temos que convidar você para ir à PUC.

R. Ismael: Não no sentido de avaliação dos cursos de Ciências Sociais, mas eu estou dizendo a profissão, do ponto de vista de um garoto ou de uma garota que está pensando em fazer Ciências Sociais. Que desafio essa carreira coloca? Vale a pena ser um cientista social?

J. Murilo: Se o candidato estiver preocupado com bons salários, nem Ciências Sociais, nem História valem a pena. Ou só valem no sentido de que um diploma de nível superior ainda faz diferença. Apesar dos grandes avanços, ainda é verdade que a profissão não forma bons partidos, se as moças de hoje ainda estivessem na universidade à procura de marido. Mas há habilidades e vocações distintas que podem levar as pessoas nessa direção. Ou o próprio acaso, como se deu comigo. Dito isso, é preciso reconhecer que esses dois campos de conhecimento se expandiram muito e com eles suas respectivas comunidades científicas. Dados de 2007 mostram a existência de 42 programas de pós-graduação stricto sensu de História, 38 de Sociologia, 18 de Ciência Política, 15 de Antropologia. Havia nesse ano 437 grupos de pesquisa em História registrados no CNPq e 344 em Sociologia. Somam milhares os livros, artigos, teses e dissertações produzidos. Nas Ciências sociais, a ANPOCS cumpriu e continua a cumprir o papel crucial de agregar os pesquisadores em uma comunidade nacional. Quem opta por fazer Ciências Sociais hoje, candidata-se a

fazer parte dessa comunidade sólida e pujante, que já conversa de igual para igual com os interlocutores externos e começa a fazer parte relevante de uma comunidade internacional. Essa comunidade multiplica seus temas de pesquisa e seus campos de atuação para além da docência universitária, embora esta se esteja também expandindo em decorrência da multiplicação de instituições de ensino superior. A ampliação do papel internacional do Brasil expande também a demanda por cientistas sociais e historiadores que se ocupem do estudo dos países mais relevantes para nossa política externa, comércio e relações culturais. A História nesse ponto já poderia ter feito muito mais. Já deveríamos ter especialistas em China, Índia, Rússia, sem falar de nossos vizinhos. A história da África mal começa. É nossa vez de produzir norte-americanistas, argentinistas, chinólogos, russólogos etc. É um vasto campo que se abre. Agora parece que querem tornar obrigatório o ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio, não é?

A. Paiva: É. Já tem Sociologia nos três anos.

J. Murilo: É uma tática para ampliar o mercado e trazer alunos para os cursos de graduação. Nas federais, mais alunos significa mais verbas. Mas, se todas as áreas fizessem isso, o ensino médio iria durar 10 anos. Também não gosto do recurso corporativo de regulamentar a profissão e tornar obrigatória a contratação de sociólogos. Desde quando eu era estudante se falava nisso. Acho que as Ciências Sociais deviam expandir seu mercado para fora da Universidade mostrando sua relevância para o Brasil de hoje, sem impor artificialmente seu ensino e sua prática. É curioso, aliás, que, na divisão do CNPq, Ciências Sociais estão na grande área de Humanidades, junto com História e Filosofia e separadas das Ciências Sociais Aplicadas. Quer dizer, elas não são aplicadas e aplicáveis... Para se fazerem relevantes, é preciso agilidade em perceber os novos problemas que pedem atenção e adequar o ensino. As universidades particulares, como a PUC, têm mais flexibilidade para isso.

A. Paiva: Não é fácil não, sociologia para um menino do primeiro ano do Ensino Médio.

J. Murilo: Você está falando do ensino para o nível médio. Eu falo do ensino graduado, do treinamento de professores. Mas agora, com a obrigatoriedade de ensinar no nível médio, vocês já devem estar enfrentando o problema que a História tem há muito tempo: treinar pesquisadores ou professores? É possível fazer bem as duas coisas ao mesmo tempo? Há o conhecido dogma de que não se pode separar ensino e pesquisa. Mas numa turma de 50 alunos lá no atual Instituto de História da UFRJ, a grande maioria vai dar aulas no Ensino Médio. Para essas pessoas, não sei o que seria melhor, aprender a fazer pesquisa ou ter uma sólida formação humanística (didática já são obrigados a fazer na licenciatura, embora de maneira discutível). Em São Francisco, nos Estados Unidos, há uma *Teaching University*, toda ela voltada para formar professores.

A. Paiva: A PUC já tem outro curso de Licenciatura pensando nisso. E está crescendo. As pessoas estão se interessando como mercado de trabalho.

J. Murilo: Embora, como disse, não ache a melhor maneira de expandir as Ciências Sociais, o efeito em termos de atração de alunos deverá ser grande. Talvez menor do que nas Universidades públicas por causa do nível de renda. Que porcentagem de alunos de vocês vai para a Pós-Graduação?

R. Ismael: Eu acho que por volta de 10% dos alunos nossos da Graduação vão para a Pós.

J. Murilo: E o resto?

A Paiva: Nós temos um estudo que precisa ser atualizado, pois já tem mais de quatro anos. Muitos ficam na área: trabalham em ONGs, em assessoria parlamentar.

R. Ismael: O governo tem essa carreira de gestor de Políticas Públicas. O mercado de trabalho das Ciências Sociais sempre será ainda um mercado que, vamos dizer, que a gente tem que abrir frentes, para mostrar que Ciência Social não é só dar aula de Sociologia no Ensino Médio ou na Universidade. Mas eu acho que está avançando, principalmente em consultorias, ONGs, essa questão mais social também interessa a empresas, inclusive estatais e essa carreira de gestor de Políticas Públicas, que eu acho que é promissora, de dar mais eficiência e resultados sem termos de Políticas Públicas. Isso aí eu acho que só pode trazer uma contribuição desde que tenha uma formação adequada.

J. Murilo: São boas notícias. Mas, de imediato, pelo potencial de expansão, vocês terão que enfrentar o problema do ensino médio. A não ser que aluno da PUC não se interesse em ser professor de ensino médio. Com a grande expansão das universidades, inclusive particulares, poderão ir para o ensino universitário. Mas isso hoje exige pós-graduação. E os 90%, digamos 80%, que não a procuram? Como formar o professor de Sociologia para o ensino médio? Não tenho receita. Mas, lembro a tendência que se verifica hoje nos cursos de graduação de muitas áreas: a pessoa empregável é a que tem uma sólida base humanística. Acho ainda que a PUC deve ficar atenta ao possível impacto do fator renda. Um aluno típico da PUC talvez não queira dar aula no ensino médio. Mas seus alunos provenientes do PROUNI e de programas de ação afirmativa podem ser levados a essa opção por dificuldade em fazer a pós-graduação. E aí? Haverá formação diferente para os dois grupos?

Sobre ensino de pós-graduação, a discussão é mais antiga seus termos são conhecidos. A combinação de ensino e pesquisa aí é indispensável. Só acho que devia haver maior ênfase na criatividade, na independência de pensamento em relação aos *maîtres à penser*. Escrevi um pequeno artigo sobre isso, “Como fazer a tese certa e vencer na vida?”

A. Paiva: Isso foi um artigo de jornal?

J. Murilo: Saiu no *Globo* já faz algum tempo, mas roda na internet. É uma crítica bem-humorada à mania de citar os gurus da moda, mesmo fora de propósito, e de usar

linguagem rebuscada.

A. Paiva: Se não colocar, a banca então...

J. Murilo: Está lascado. Aconselho o uso dos gurus do momento (os nomes variam com o tempo). Informo que a citação de autores brasileiros não é obrigatória, exceto, é claro, o próprio orientador. Se não o citar, o futuro doutor não terá dele introdução ou orelha do livro, caso consiga publicar a tese. Alerto que a terminologia e a linguagem não podem ser simples e claras. Simplicidade e clareza são indicadores de superficialidade, coisa de jornalista. Não se deve, por exemplo, dizer “problema”, mas “problemática”. Não é “é possível”, mas “não é de todo improvável”. A parte sobre linguagem tirei de um editor norte-americano de sobre textos de Ciências Sociais.

A. Paiva: Você não pode entender muito bem se é contra ou a favor.

J. Murilo: Há expressões da moda de uso obrigatório, como resgate, alteridade, diferença, povos etc. “Vou estar resgatando a alteridade...” É preciso libertar os alunos dessas prisões.

A. Paiva: Você acha que aqui na academia isso é mais visível, porque tem um complexo de inferioridade?

J. Murilo: É resto de mentalidade colonizada, que o crescimento da comunidade científica ainda não corrigiu e de nossa tradição retórica. Não critico a citação de estrangeiros, seria paroquialismo ridículo. Critico a postura subserviente: eles pensam, nós aplicamos o pensamento deles a nossa realidade. Na História, o fenômeno aparece, sobretudo, num chamado marco teórico que se exige dos alunos.

A. Paiva: A mesma coisa na PUC.

J. Murilo: Ciências Sociais são nomotéticas, precisam de referências teóricas. Tenho dúvidas de que História precise. Nunca vi livro de grande historiador que tenha um capítulo inicial com marco teórico. Mas o problema que aponto é o da citação acrítica e fora de propósito dos gurus do momento. É falta de criatividade. É má retórica.

A. Paiva: Não tem a ver com excesso de especialização?

J. Murilo: Esse é outro problema. A tendência ao crescimento da especialização é tão grande quanto ao receio de suas conseqüências negativas. Sob o influxo da influência norte-americana, nossas Ciências Sociais se especializaram muito. O fenômeno pode ser observado no antigo IUPERJ. A primeira geração, embora treinada nos Estados Unidos, ainda manteve certo equilíbrio com a formação anterior, mais européia. A terceira geração, de netos da primeira, já está muito mais especializada. Antes, ainda se praticava Sociologia Política, hoje só há cientistas políticos e sociólogos. A Sociologia Política desapareceu. Como parte da primeira geração, tanto de Minas como do IUPERJ, tendo a ver certa perda na mudança. Há um encolhimento temático, com concentração muito grande em partidos,

eleições, Congresso, e ênfase em metodologia quantitativa, adequada, e mesmo exigida, por esses temas. Há aumento de precisão ao custo da abrangência e às vezes da relevância. O curioso é que em outras áreas, inclusive nas exatas, a tendência é avançar para além das fronteiras disciplinares e mesmo interdisciplinares. Na UFMG há um centro de estudos transdisciplinares. Por uns anos, fiz parte de seu conselho científico. Convivi com colegas de Filosofia, Física, Matemática, Computação e outras áreas. É um trabalho de fronteiras. Mas que há de mais fascinante do que explorar territórios nunca antes explorados, como era a missão dos astronautas do seriado Jornada nas Estrelas? Ou por mares nunca dantes navegados, como escreveu Camões? Cinema e Literatura, Iglésias ia gostar.

A. Paiva: Obrigada! Foi muito bom conversar sobre tantos assuntos fascinantes para as Ciências Sociais.

R. Ismael: Muito obrigado pela sua atenção.